

AS PRÁTICAS DE LEITURA NOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO¹

Lays Dias Teixeira Salomão²

Lívia Policarpo de Azevedo³

Myllena Gonçalves Burim⁴

Regilania da Silva Gonçalves Fernandes⁵

RESUMO

Os conceitos e práticas de alfabetização e letramento ainda são trazidos, na maioria das vezes, de maneira errônea para os âmbitos escolares. Consequentemente, muitos alunos possuem dificuldades de interpretar o que leem, como também de usarem a leitura e a escrita em situações do cotidiano. Este fato é exposto em pesquisas feitas a nível nacional e internacional que destacam o Brasil nas últimas colocações do ranking de desempenho da leitura, bem como revelam que muitos alunos do ensino superior não se enquadram na escala de proficiência do alfabetismo funcional. Diante disto, o presente trabalho visa compreender como as práticas de leitura significativa influenciam nos processos de alfabetização e letramento dos discentes. Assim, para que esse objetivo fosse alcançado, utilizou-se como procedimento técnico as pesquisas bibliográfica e documental. Tais pesquisas apontaram a indissociabilidade entre a alfabetização e o letramento, demonstrando também que as práticas de leitura, aplicadas de maneira significativa à vivência do aluno, podem lhe trazer o hábito e o gosto pela leitura, ampliando a capacidade de utilizar essa ferramenta em seu cotidiano.

Palavras Chave: Alfabetização; Letramento; Práticas de Leitura.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito entender sobre as práticas de leitura(s) no contexto de uma sala de aula do Ensino Fundamental I, tendo em vista a influência dos processos de Alfabetização e de Letramento nessas práticas. Sendo assim, buscou-se compreender como alunos de anos iniciais do ensino fundamental, que no seu contexto tenha práticas de leitura significativas logra ser alfabetizada e letrada.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, apud BRASIL, 2018), no artigo 26º, todo ser humano tem direito à Educação, sendo ela obrigatória e

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade Multivix/Cariacica, sob orientação da Professora Lorena Vieira.

² Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Multivix Cariacica – ES.

³ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Multivix Cariacica – ES.

⁴ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Multivix Cariacica – ES.

⁵ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Multivix Cariacica – ES.

gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais, orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana. Desse modo, verifica-se a importância de repensar o cenário da Educação Brasileira, dando ênfase à alfabetização.

Assim sendo, a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - (1976), por meio de um informe, fez a seguinte afirmação sobre a alfabetização:

Mais do que uma finalidade em si mesmo, a alfabetização deve ser considerada como uma maneira de preparar o homem para um papel social, cívico e econômico que vai além dos limites de uma tarefa rudimentar de alfabetização, que consista simplesmente em ensinar a ler e escrever. O próprio processo de aprendizagem de lecto-escrita deve converter-se em uma oportunidade para adquirir informações que possam ser utilizadas imediatamente para melhorar os níveis de vida; a leitura e a escrita não conduzirão apenas a um saber geral elementar, mas a uma maior participação na vida civil e a uma melhor compreensão do mundo à nossa volta, abrindo o caminho, finalmente, ao conhecimento humano básico (UNESCO, 1976, apud COLOMER; CAMPS, 2002, p. 16).

Diante disto, surge a necessidade de ensinar a leitura e escrita de uma forma significativa aos discentes, para que possam interagir com essas ferramentas dentro e fora do contexto escolar. Para que isso ocorra, é fundamental que o ensino da leitura e escrita esteja ligado ao Letramento, que é, como denominado por Soares (2004, p. 43) “descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita, é entender-se, lendo ou escrevendo [...] é descobrir alternativas e possibilidades, descobrir o que você pode ser”.

Perante o exposto, nota-se que é necessário e urgente que se reavaliem as práticas pedagógicas, de forma que os alunos sejam habilitados e lançados à diversas situações de leitura, de modo que sejam capazes de contextualizar tais conhecimentos e desenvolvuras com seu meio social.

Portanto, é por esse contexto que se faz necessária esta pesquisa, visto que são propostas intervenções e reflexões relevantes no que diz respeito às práticas docentes para com os alunos, agregando conhecimentos e habilidades contextualizadas e significativas, de tal modo que os alunos consigam fazer uso de seu aprendizado não somente no âmbito escolar, mas perante toda sociedade.

Dados de 2018 do INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional) apontam que 13% daqueles que chegam ou concluem o Ensino Médio podem ser caracterizados como Analfabetos Funcionais. Por outro lado, apenas um terço (34%) das pessoas que atingem o nível superior podem ser consideradas proficientes pela escala do INAF.

Em relação à leitura, no PISA, segundo dados publicados na plataforma do MEC – Ministério da Educação – os índices de leitura, comparado aos países da América do Sul, o Brasil é o segundo pior do ranking, com 413 pontos. Se comparado à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil apresenta resultados ainda piores na área da Leitura, sendo: OCDE 487 pontos, Brasil 413, ficando entre a faixa de 55º e 59 no ranking.

Esses são alguns dados que nos apresentam o cenário de um possível déficit nas práticas, no incentivo e no acesso à leitura, o que pode ocasionar vários problemas como o analfabetismo funcional. Pois, muitas vezes o educando não é influenciado a conhecer leituras que sejam de seu entendimento e que tragam sentidos e significados.

Sendo assim, levantamos o seguinte questionamento: em salas de aula do Ensino Fundamental I, como uma leitura significativa que parte do cotidiano das crianças até apresentá-las ao mundo novo, com novos contextos e conhecimentos ajuda o aluno a ser alfabetizado e letrado?

O objetivo geral da presente pesquisa é compreender como as práticas de leitura significativas que se relacionam com o cotidiano da criança, influenciam os processos de alfabetização e letramento de discentes do ensino fundamental I.

Para mais, o presente artigo tem como objetivos específicos: identificar relações entre letramento e alfabetização; revisar o contexto histórico da alfabetização e do letramento; descrever formas de trabalho com leitura significativa em sala de aula do ensino fundamental I.

Assim, buscando alcançar os objetivos desta pesquisa, como também possíveis soluções para os questionamentos levantados, utilizou-se métodos e técnicas de pesquisas que serão retratados no tópico em seguida.

2. METODOLOGIA

A pesquisa aqui disposta se caracteriza como uma pesquisa de natureza básica e de abordagem qualitativa, com o intuito de gerar conhecimentos pertinentes à área da educação, sobre questões que abrangem a Alfabetização, o Letramento e a Leitura. De acordo com Lakatos e Marconi (1992)

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos (p. 43).

Já a abordagem qualitativa não pode ser quantificada, obtendo assim uma análise subjetiva dos dados analisados. Assim sendo, Silva e Menezes (2005) reiteram que a pesquisa qualitativa

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatística (p. 20).

Em relação aos objetivos de estudo, evidencia-se aqui uma pesquisa exploratória, buscando uma aproximação com o conteúdo estudado, a fim de construir hipóteses. Portanto, segundo Gil (2002)

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (p. 41).

Assim sendo, muitas pesquisas exploratórias utilizam como procedimento as pesquisas bibliográficas, como é o caso do estudo aqui explanado. Em vista disto, Gil (2002, p. 44) argumenta que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Outro procedimento utilizado foi a pesquisa documental, que muito se assemelha à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas, segundo Gil, está na natureza das fontes, pois:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (2002, p. 45).

O procedimento técnico aqui adotado para a coleta de dados foi o da pesquisa bibliográfica e documental. Estas pesquisas enquadram-se, conforme Gil (2002), nas chamadas “fontes de papel”. Portanto, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183), a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”

Já a pesquisa documental, segundo Gil (2002), segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, porém, na pesquisa documental as fontes são mais diversificadas e dispersas. Portanto,

Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc (GIL, 2002, p. 46).

Destarte, as principais fontes utilizadas nesta pesquisa se consistem em livros, dissertações, artigos, relatórios de pesquisa e trabalhos publicados em revistas científicas. Similarmente, o meio eletrônico constitui-se como principal instrumento para obter os dados aqui expostos. Manuseando plataformas digitais como SciELO, Google Acadêmico, CAPES e a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) pôde-se atingir uma grande variedade de dados sobre o tema escolhido.

Ademais, sobre a análise dos dados, Lakatos e Marconi (2003, p. 167) reiteram que analisar “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores.” Portanto, os problemas, as hipóteses e os levantamentos bibliográficos aqui apresentados serão analisados com mais ênfase nos próximos tópicos, tendo em vista que o pesquisador entra em maiores detalhes, “a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.168).

Portanto, embasando-se nos teóricos utilizados, pretende-se alcançar os resultados desta pesquisa bibliográfica e documental. Em vista disto, realizou-se a revisão de leitura a seguir.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Para a revisão de literatura, foram escolhidos como base principal seis pesquisas de diferentes autorias. Sendo que, para o primeiro subtópico – Alfabetização e Letramento: contexto histórico, relações e diferenças – foram utilizados trabalhos dos seguintes autores: Magda Soares (2004), Mariza da Silva (1998) e Roxane Rojo (2010).

Na tese intitulada “História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização”, Mariza Vieira da Silva (19998) reúne diversos conceitos e percepções acerca do histórico da alfabetização em várias áreas e tempos diferentes. Escrita sob o crivo teórico da Análise do Discurso Francesa (AD), fundamentada nos trabalhos de Michel Pêcheux, essa tese é dividida em três partes. Sendo que, o presente trabalho teve embasamento na segunda parte, mais precisamente nos subtópicos 2: “O Discurso da História da Educação” e 3: “O Discurso da Educação.”

A primeira parte tem a contextualização do sujeito que por influência histórica tornou-se analfabeto e de que forma isso intervém nesse indivíduo quando ele é letrado e alfabetizado. Na segunda parte a autora faz um apanhado histórico, colocando em evidência como áreas além da Educação, como a religião e a cultura, entendiam e viam esse processo de alfabetização e quais sentidos advinham dali. Na terceira e última parte a autora finaliza descrevendo o novo a partir de reflexões acerca da pesquisa apresentada na segunda parte, nessa finalização ela dispõe de situações que são favoráveis ou não para que haja êxito.

A segunda pesquisa escolhida, de autoria de Magda Soares foi um livro publicado em 2004, intitulado: “Letramento: um tema em três gêneros”. Soares apresenta seu livro em três capítulos, dividindo o tema Letramento em verbete, texto didático e ensaio. Este trabalho se baseou especialmente nos dois primeiros capítulos. No primeiro, a autora fala sobre o alfabetismo e o analfabetismo, diferenciando-os do letramento. Também expõe o significado de alfabetizar e letrar de acordo com o dicionário, bem como a origem do termo “letramento”, que surgiu para compreender os novos fenômenos de leitura e escrita que se manifestavam no mundo.

Já no segundo capítulo, Soares traz a definição de algumas palavras, porém a maior ênfase é dada ao Letramento, mostrando sua tradução do inglês “Literacy”. Dessa forma, também descreve que o letramento vai além de saber ler e escrever, tratando-se, portanto, de como o indivíduo faz o uso dessas habilidades em seu cotidiano.

A terceira pesquisa utilizada foi a da autora Roxane Rojo. O estudo de Rojo encontra-se no primeiro capítulo da coleção “Explorando o ensino – Língua Portuguesa”, publicado pelo Ministério da Educação, no ano de 2010. Rojo (2010) retrata a importância da articulação entre as práticas de leitura e escrita e o letramento, mostrando que a causa dos

baixos índices dos alunos brasileiros nas habilidades de leitura e escrita, não está nos métodos de alfabetização, pois os alunos saem das escolas aprendendo a codificar e decodificar a língua escrita, porém, a maioria não sabe interpretá-la e utilizá-la corretamente em seu cotidiano. Portanto, a autora evidencia a necessidade de proporcionar eventos de letramento nas escolas, para que os alunos consigam desenvolver as habilidades e competências requeridas atualmente na sociedade.

No segundo subtópico – A Alfabetização e o Letramento na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – na pesquisa feita no Google, foi digitado “base nacional comum curricular”. Logo após, acessou-se o site oficial da base (www.basenacionalcomum.mec.gov.br) – onde é possível ter acesso a BNCC em PDF.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está na sua terceira versão que foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro de 2017. É um documento que define as habilidades e competências que todos os alunos do Brasil devem adquirir e aprender. Ou seja, seu intuito é igualar e garantir que independentemente da região do país, etnia e classe social o discente tenha o direito e consiga aprender as mesmas coisas que qualquer outro aluno do Brasil.

Para embasamento teórico do terceiro subtópico utilizou-se dois trabalhos como base. O primeiro foi: “O processo de ensino e aprendizagem da leitura no 2º ano do ensino fundamental”. Pesquisado no Google Scholar, disponível no portal Unisalesiano. Tal pesquisa trata-se de um artigo de conclusão de curso, cujas autoras são: Bruna de Souza Silva, Jéssica da Silva Martins e Larissa Xayene Santos Maximiano (2013).

Trata-se da relevância da leitura no 2º ano do ensino fundamental, visando refletir sobre a formação dos alunos como leitores, por meio de análises e estratégias apropriadas para o processo de ensino e aprendizagem da leitura. A pesquisa ressalta que alunos do 2º ano do ensino fundamental já vivenciaram experiências com a leitura, porém, nem sempre da forma mais adequada.

O segundo trabalho, intitulado: “A leitura compartilhada em sala de apoio” (2016) encontrado no portal Scielo, de autoria de Cristiane Malinoski Pianaro Angelo e Renilson José Menegassi, aborda a leitura compartilhada na prática docente com alunos de Sala de Apoio à Aprendizagem de Língua Portuguesa (SAALP) - 6º ano do Ensino Fundamental,

cujo objetivo foi o de refletir sobre os direcionamentos viáveis ao ensino de tal tarefa, de modo a propiciar o desenvolvimento das habilidades e competências leitoras dos alunos. Com isso o referido artigo propôs uma intervenção de modo que o professor pudesse fazer parte do processo de construção do conhecimento, visto que o mesmo seria o pesquisador e estaria mais preparado para intervir no espaço escolar, apto para diagnosticar problemas, propor desafios, fazer reflexões, entre outras mudanças que o mesmo pode adquirir contribuindo com sua autonomia docente.

O artigo foi composto por quatro subtítulos, intitulados: “Dialogismo e leitura réplica”, ao qual se utilizou de teorizações de Bakhtin/Volochinov; “A leitura compartilhada” embasando-se em Solé; “O trabalho docente com a leitura compartilhada, assegurado em Pimenta, Solé, entre outros autores; “Ações colaborativas junto com o professor de SAALP” onde foi iniciado as intervenções a partir de algumas constatações como falta de reflexão e diálogo com os textos lidos, partindo para um trabalho colaborativo junto com o professor, utilizando-se de estratégias e pesquisas. E por fim o subtítulo “Situação em SAALP após as ações colaborativas”, onde foi pautado e relatado todas experiências após as intervenções.

4. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONTEXTO HISTÓRICO, RELAÇÕES E DIFERENÇAS

A leitura e a escrita são ferramentas de grande importância para todos os indivíduos inseridos numa sociedade, uma vez que todos que dominam essas ferramentas destacam-se melhor socialmente, desenvolvem uma linguagem mais formal, têm mais oportunidades, libertando-se de uma vida alienada e sem perspectiva. Assim, “alfabetizar é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever” (SOARES, 2004, p. 31).

Pensando no contexto histórico da alfabetização, esse ato é algo que procede desde a chegada dos Portugueses e que fica em mais evidência durante o período da colonização, principalmente se tratando da língua materna que não existia e da comunicação que era privilegiada.

Este fato, corriqueiro àquela época, coloca desde o início de nossa trajetória da produção do conhecimento histórico em educação, a negação ou a inexistência de uma língua nacional oficial, com leitores e escritores autônomos. Lia-se e escrevia-se para um outro que não os brasileiros, falantes de uma (ou várias) língua não reconhecida universalmente; ou, então, para brasileiros capazes de ler e escrever em outra língua que não a materna e com ela se identificar enquanto membro de um grupo universalmente reconhecido. Esta interlocução

era assimétrica em relação às línguas e marcava, de saída, os brasileiros, identificando-os e excluindo os que sabiam ou não uma língua universalmente conhecida (SILVA, 1998, p. 56).

A educação no Brasil Colônia ficou a cargo dos jesuítas, e mesmo com a criação da primeira escola do Brasil em São Vicente o recrutamento de crianças, principalmente indígenas, para estudar lá não significava que elas iam aprender sobre a língua materna ou desenvolver outras habilidades que não fossem convertê-las e catequiza-las.

E este aliciamento, que desestruturava as relações era feito *para* quê? Para ensinar a ler, a escrever e contar, *para* ensinar as coisas do mundo que as rodeava? Não. Para ensinar às crianças as coisas da fé, [...]. Estas coisas da fé lhes eram ensinadas através da aprendizagem do português, da leitura e da escrita do latim "aos mais hábeis" e, "acima de tudo os bons costumes e a doutrina cristã" Nada, portanto, de uma escola para instruir no conhecimento da época, capaz de ser assim considerado digno de registro enquanto educação formal e pública. Mas, era a escola que nascia junto com o povo brasileiro (SILVA, 1998, p. 57).

É somente no século XIX que fica evidente os diversos problemas que decorriam da limitação de pessoas que tinham acesso à educação e, conseqüentemente, eram alfabetizadas.

E alguns anos depois em 1822, quando a libertação dos escravos já se fazia presente e era necessário dar ao discurso um cunho mais democrático face a um reordenamento social que se insinuava, cria-se no Pará, próximo a Belém, o Instituto Providência para educação dos indígenas da Amazônia [...] (SILVA, 1998, p. 61).

Isso aconteceu, pois, os escravos e indígenas não recebiam educação alguma. Porém, a criação desse Instituto tinha a função de torná-los mais civilizados e, segundo Silva, “a democratização do ensino para índios e escravos significava, então, que todos deviam ser, senão instruídos, aculturados, segundo a moral branca, européia, cristã-católica, institucionalmente: uma aculturação mediada pela letra, pela escrita [...]” (1998, p. 61).

Era o retrato daquela época em que os privilegiados se viam em posição de “ensinar” da forma que achavam correta para aqueles que pela primeira vez na história começavam a enxergar uma fresta de liberdade em sua frente. A leitura e a escrita, que era restrita a poucos, tornaram-se acessíveis. Surgindo assim, uma nova forma de alfabetizar, de ensinar a ler e a escrever. Porém, isso não significa que a situação melhorou. Mas, como explica Mortatti (2006),

[...] as evidências que sustentam originariamente essa associação entre escola e alfabetização vêm sendo questionadas, em decorrência das dificuldades de se concretizarem as promessas e os efeitos pretendidos com a ação da escola sobre o cidadão. Explicada como problema decorrente, ora do método de ensino, ora do aluno, ora do professor, ora do sistema escolar, ora das condições sociais, ora de políticas públicas, a recorrência dessas dificuldades de a escola dar conta de sua tarefa histórica fundamental não é, porém, exclusiva de nossa época (p. 3).

Durante esse período, era perceptível que o fracasso no processo de alfabetização era uma realidade cada vez mais concretizada. Com isso, por anos os esforços foram focados nos diversos métodos, na intenção de suprir esse déficit que ocorria nas escolas, onde tudo e todos possuíam a culpa, mas nenhuma solução era, de fato, encontrada.

Contudo, mesmo com tantos impasses, o analfabetismo começou a ser superado no Brasil, com um número maior de pessoas aprendendo a ler e escrever. Porém, em decorrência deste fato, a partir do final do século XX, segundo Soares (2004) um novo fenômeno se evidenciou, comprovando que não bastava apenas aprender a ler e a escrever, pois mesmo sendo alfabetizados, os indivíduos não incorporam necessariamente a prática da leitura e da escrita, possuindo dificuldades para envolverem-se com essas práticas no cotidiano, dificuldades de ler um livro, um jornal, redigirem um ofício, preencherem um formulário ou de encontrarem informações num contrato de trabalho, por exemplo.

Fez-se necessário então dar um nome a este fenômeno, sendo denominado de “Letramento”. Assim sendo, segundo Magda Soares (2004), o letramento pode ser caracterizado como

[...] o estado ou condição de quem interage com diferentes portadores de leitura e de escrita, com diferentes gêneros e tipos de leitura e de escrita, com diferentes funções que a leitura e a escrita desempenham na nossa vida: enfim: letramento é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita (p. 44).

Segundo Angela Kleiman (2005, p. 21) o termo letramento surgiu para se referir a “um conjunto de práticas de uso da escrita que vinham modificando profundamente a sociedade, mais amplo do que as práticas escolares de uso da escrita, incluindo-as, porém”. Todavia, o letramento não deve ser confundido com a alfabetização, pois ambos possuem especificidades, no entanto, são indissociáveis, consoante ao que diz Soares, (2004)

A alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez,

só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (p. 14).

Assim sendo, de acordo com Costa (2020),

O letramento, por sua vez, não se dá somente após o processo de alfabetização. Ele permeia toda esta relação, haja vista que, nesta sociedade grafocêntrica, as práticas sociais de leitura e de escrita perpassam constantemente as interações. Aprender as primeiras letras dentro desta perspectiva é alfabetizar com atividades de letramento. É (por que não?) alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando. (p. 57).

Porém, mesmo com todas essas evidências sobre a indissociabilidade entre a alfabetização e o letramento, um fato comprova que essa prática não tem sido aplicada em muitas escolas do Brasil: os índices de alfabetismo funcional, também denominado de Letramento Funcional segundo Soares (2004, p. 72). Para o INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional –,

Alfabetismo é a capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela, um contínuo que abrange desde o simples reconhecimento de elementos da linguagem escrita e dos números até operações cognitivas mais complexas, que envolvem a integração de informações textuais e dessas com os conhecimentos e as visões de mundo aportados pelo leitor (2018, p. 4).

O Indicador de Alfabetismo Funcional sintetiza em dois grupos os níveis de alfabetismo, sendo eles: o grupo dos Analfabetos Funcionais, que engloba os níveis Analfabeto e Rudimentar; e o grupo de Funcionalmente Alfabetizados, que enquadra os níveis Elementar, Intermediário e Proficiente.

O grupo dos analfabetos funcionais caracteriza as pessoas que possuem muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas. Já o grupo de funcionalmente alfabetizados, é definido por aqueles que conseguem fazer o uso da leitura e da escrita em suas práticas sociais, seja de maneira elementar até a proficiente.

Assim, pesquisas e dados apresentados no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) e no INAF, por exemplo, demonstram a defasagem que há na alfabetização brasileira, bem como a necessidade de inserir os discentes em práticas letradas para que desenvolvam as capacidades de leitura e escrita requeridas atualmente na sociedade. Diante disso, Roxane Rojo (2010) destaca que o problema do letramento no Brasil se dá porque nos últimos anos a população escolar mudou, sendo que

[...] as camadas populares finalmente tiveram acesso à educação pública e trouxeram para as salas de aula práticas de letramento que nem sempre a escola valoriza e que dialogam com dificuldades com os letramentos dominantes das esferas literária, jornalística, da divulgação científica e da própria escola. Por outro lado, os letramentos na sociedade atual urbana sofisticaram-se muito nos últimos vinte anos, exigindo novas competências e capacidades de tratamento dos textos e da informação. Os letramentos escolares, no entanto, não acompanharam essas mudanças e permanecem arraigados em práticas cristalizadas, criando insuficiência. (p. 23).

Assim sendo, pode-se afirmar que o contexto escolar não possui apenas um tipo de letramento, mas sim múltiplos letramentos, pois cada estudante leva para dentro deste ambiente diversas práticas letradas, que “materializam-se, nos diversos ‘eventos de letramento’ dos quais participamos como indivíduos, em nossas comunidades, cotidianamente” (ROJO, 2010, p. 26). Logo, de acordo com Rojo (2010):

[...] trabalhar com os letramentos na escola, letrar, consiste em criar eventos (atividades de leitura e escrita – leitura e produção de textos, de mapas, por exemplo – ou que envolvam o trato prévio com textos escritos, como é o caso de telejornais, seminários e apresentações teatrais) que possam integrar os alunos a práticas de leitura e escrita socialmente relevantes que estes ainda não dominam (p. 27).

Contudo, é fundamental que esses trabalhos se iniciem a partir dos interesses dos alunos, de suas realidades sociais, para que, após criar o interesse e o gosto pelas habilidades da leitura e escrita, lhes seja apresentado gêneros textuais mais complexos, sendo “interessante conectar-se com a cultura local dos alunos e compreendê-la para relacioná-la à cultura valorizada e aos bens culturais a que esses têm pouco acesso” (ROJO, 2010, p. 31).

Diante disto, os docentes devem refletir sobre suas práticas de alfabetização, sem negar o fato de que, ao apresentarem livros e textos para seus alunos, é preciso considerar que fatores sociais e históricos, presentes na vida de cada discente, influenciam no domínio das habilidades de leitura e escrita, tendo em vista que a maioria dos alunos só terá um desenvolvimento nessas habilidades por meio do âmbito escolar.

5. A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular é uma política pública que estabelece os direitos de aprendizagem de todos os estudantes brasileiros, ou seja, ela determina que todos os alunos têm o direito de aprender as mesmas habilidades e competências ao longo da sua vida escolar. A BNCC estipula dez competências gerais que devem guiar o trabalho em

todas as áreas de conhecimento desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental até chegar ao Ensino Médio. Sendo que, cada área e cada componente curricular possuem suas competências específicas e em cada componente estão definidas unidades, objetos de conhecimento e as habilidades.

Por ser o mais completo documento da educação atualmente, é perceptível que a BNCC amplia a importância da alfabetização e do letramento, tanto na forma de citá-los como na forma de apresentar de quais maneiras o alfabetizar e o letrar podem acontecer independentemente da área de conhecimento.

No que se diz respeito à alfabetização, ela deve ser o foco da ação pedagógica nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, articulando com o desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e com seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL. Ministério da Educação, 2017).

No entanto, ao delimitar que o foco nos dois primeiros anos deve ser a alfabetização – não significa que o discente deva sair do segundo ano aprendendo a ler e a escrever, pois esse é um processo que se difere de pessoa para pessoa e cada um aprende em seu tempo. Dessa forma, durante os anos seguintes deve-se reforçar essa aprendizagem, principalmente no que se diz respeito ao hábito de ler e a aptidão de escrever.

O processo de alfabetização e suas especificidades, então, implica em reconhecer a criança como protagonista de sua aprendizagem e de seu desenvolvimento. Isso significa que a criança traz em sua trajetória, mesmo antes de entrar na escola, suas próprias vivências e experiências, constituindo-se, assim, como um ser histórico social. (...) Para isso, o professor precisa trabalhar no contexto das situações nas quais as linguagens se apresentam. O desenvolvimento da percepção desses sons, que constituem as palavras, deve ser iniciado a partir do texto (CUNHA et al., 2020, p. 48).

Em relação ao letramento, a BNCC o cita usando muitas vezes termos variantes, mas que possuem o mesmo significado, como, por exemplo, cultura letrada, multiletramentos, práticas letradas etc. Ao fazer isso, a Base amplia as possibilidades de que o letramento ocorra, pois, ao usar novos termos abre-se oportunidades de ensino e de aprendizagem.

Não se trata de deixar de privilegiar o escrito/impresso nem de deixar de considerar gêneros e práticas consagrados pela escola, tais como notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto, verbete de enciclopédia, artigo de divulgação científica etc., próprios do letramento da letra e do impresso, mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais. [...] Compreender uma palestra é importante, assim como ser capaz de atribuir diferentes sentidos a um gif ou

meme. Da mesma forma que fazer uma comunicação oral adequada e saber produzir gifs e memes significativos também podem sê-lo (BRASIL, 2017, p. 69).

Isso é importante porque dá brechas para que os docentes consigam entender que o letramento é essencial e indispensável para a formação do discente. Ele quebra barreiras, capacita cada vez mais os alunos e faz com que os professores percebam que a mudança é essencial.

Entretanto, a base apresenta algumas falhas e uma delas é pontuada por Araújo e Gualberto (2018), que afirmam:

Em trechos como esse, a alfabetização na BNCC é apresentada como um processo restrito à escrita, em que as práticas de leitura atribuem ao verbal a responsabilidade exclusiva de produção de sentido. Por mais que, em alguns (poucos) momentos, o documento aborde letramento e multimodalidade, não há uma preocupação em “destrinchar”, ou em detalhar para o professor, maneiras práticas de promover a leitura no sentido mais amplo, defendida no início da BNCC (p. 53).

Conseqüentemente, isso torna-se um obstáculo nos processos de alfabetização e letramento. Essa lacuna pode acarretar grandes problemas no futuro e aumentar ainda mais o déficit que a educação brasileira tem no que tange os educandos alfabetizados e letrados. Além disso, a BNCC logo no início deixa claro que o foco dos dois primeiros anos iniciais do Ensino Fundamental é “o processo de alfabetização” o que pode, mesmo que sem intenção, desfocar a atenção do letramento, centrando-a somente na alfabetização.

Mas, é impossível e um equívoco desassociar esses dois processos, que devem ocorrer de forma conjunta e simultânea. E para evitar isso, a própria BNCC, apesar das lacunas, produz momentos e exemplos de formas que os educadores podem encontrar para tornar esses processos significativos e efetivos.

As diversas práticas letradas em que o aluno já se inseriu na sua vida social mais ampla, assim como na Educação Infantil, tais como cantar cantigas e recitar parlendas e quadrinhas, ouvir e recontar contos, seguir regras de jogos e receitas, jogar games, relatar experiências e experimentos, serão progressivamente intensificadas e complexificadas, na direção de gêneros secundários com textos mais complexos. [...] Preserva-se, nesses eventos de letramento, mesmo em situação escolar, sua inserção na vida, como práticas situadas em eventos motivados, embora se preserve também a análise de aspectos desses enunciados orais e escritos que viabilizam a consciência e o aperfeiçoamento de práticas situadas (BRASIL. Ministério da Educação, 2017, p. 89).

Portanto, percebe-se que ao mesmo tempo que traz consigo bons ideais e de forma simples explica e aborda a sua intenção, a BNCC necessita ser mais formulada em prol de terminar com lacunas que possivelmente trarão algum prejuízo e/ou fracasso. Mas, ela está no caminho certo ao propor e instigar novas práticas para os professores que abordam o letramento e alfabetização ao mesmo tempo e com o mesmo propósito, o de formar discentes de maneira integrada e que eles sejam capazes de criticar, refletir, questionar e participar de forma efetiva dentro e fora da escola.

Sendo assim, uma dessas práticas será abordada no tópico a seguir. Trata-se das práticas de leitura que quando propostas de maneira coerente ao contexto em que se apresenta, pode fazer com que os processos de alfabetização e letramento ocorram de maneira contextualizada, significativa e efetiva.

6. AS PRÁTICAS DE LEITURA

A leitura é de suma importância na vida das pessoas, principalmente para as crianças que estão começando a vivenciar essa prática de leitura na sociedade, tendo contato diariamente com as palavras, e vendo que a mesma está presente em todo lugar que nos rodeia como os mercados, shoppings, ponto de ônibus, embalagens, praticamente todo o meio que vivemos.

Com a prática da leitura, é possível entrar em contato com um mundo desconhecido, viajando e conhecendo lugares, sendo até mesmo em épocas diferentes, contribuindo significativamente para formação do próprio indivíduo, ampliando sua visão de mundo.

“Quando uma pessoa lê, essa estará adicionando conhecimento, construindo ideias, analisando e criticando o que te incomoda. Tais práticas fazem com que a pessoa se torne mais crítica e questionadora, no ambiente em que vive e na sociedade” (SILVA, MARTINS, MAXIMIANO, 2013, p. 19).

É na escola que se concretiza a prática da leitura de fato, e é lá que as crianças terão uma maior possibilidade de interagir com os diversos textos, estabelecendo e fazendo suas próprias relações com os gêneros textuais que lhes forem apresentados.

Não lemos todos um mesmo texto da mesma maneira. Há leituras respeitadas, analíticas, leituras para ouvir as palavras e as frases, leituras para reescrever, imaginar, sonhar, leituras narcisistas em que se procura a si mesmo, leituras mágicas em que seres e sentimentos inesperados se materializam e saltam diante de nossos olhos espantados. (MORAIS, 1996, p.13).

O ato de ler pode representar não apenas uma condição intelectual, mas também uma condição de libertação: a de poder ser um leitor mais autônomo e crítico de qualquer texto, em várias linguagens, do mundo que o rodeia, ou de mundos diferentes do seu. Nesse sentido, a leitura da palavra escrita só se realiza quando interage com o espaço em que o homem se sente sujeito, ou seja, quando existe uma estreita relação com o trabalho e o contexto de que participa.

Portanto, para que isso se concretize, a partir do momento que o professor conhece as hipóteses de escrita e leitura formulada pelo aluno, deve-se dar continuidade na alfabetização juntamente com a prática do letramento, pois, durante todo o percurso de aquisição da escrita alfabética, onde a base da ação pedagógica é pautada nas habilidades de leitura e de escrita, o educador deve preocupar-se também com o que se encontra além da aquisição destas habilidades, importando-se com o uso social da leitura e da escrita que as crianças farão no cotidiano, sendo este um dos princípios básicos do letramento.

Desse modo, um exemplo de prática de leitura que visa contribuir para o letramento do alunado são as rodas de leitura, relacionadas ao ato de ler conjuntamente, dando oportunidades de reflexão, autonomia e desenvolvimento do senso crítico ao discente. Assim, Segundo Teberosky e Gallart (2004, p. 54 apud PAIVA, Aparecida; MACIEL, (Coord.); COSSON, (Coord.), 2010, p. 94), tais experiências, realizadas por meio de leitura dialógica, criam “pontes e ações coordenadas entre a escola e outros espaços que não fazem mais que multiplicar os momentos de aprendizagem e, em definitivo, aumentar as experiências de leitura para todos os meninos e meninas”.

Há também a prática de leitura compartilhada. Esta prática cobra do professor um bom planejamento, tendo que intervir nos momentos apropriados e dando espaço para as falas dos alunos. SOLÉ (1998, p. 118 apud ANGELO; MENEGASSI, 2016, p. 272) define a leitura compartilhada como uma prática em que "o professor e os alunos assumem - às vezes um, às vezes os outros - a responsabilidade de organizar a tarefa de leitura e de envolver os outros na mesma". Dessa forma, sobre essa prática de leitura, Angelo e Menegassi complementam que:

Ocorre, assim, de maneira concomitante, uma demonstração da experiência do professor e o assumir progressivo de responsabilidades de parte dos alunos em torno de estratégias basilares para uma leitura produtiva: a formulação de previsões sobre o texto a ser lido; a formulação de perguntas sobre o que foi lido; o esclarecimento de possíveis dúvidas sobre o texto; o resumo das ideias do texto (2016, p. 272).

À vista disso, constata-se que através da leitura tem-se a oportunidade não só de conhecer outras realidades, mas também de aumentar nossa capacidade intelectual, desde que a leitura não seja apenas “um ato de ler” e sim, que a mesma tenha caráter crítico, capaz de fazer o indivíduo pensar e interpretar e não apenas decodificar códigos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, entende-se que a alfabetização e o letramento são duas práticas que possuem especificidades, porém, são indissociáveis. No entanto, é perceptível que muitos âmbitos educativos não colocam essa indissociabilidade em prática, principalmente porque na conjuntura da educação brasileira não há apenas um tipo de letramento, mas sim múltiplos letramentos, e estes são levados para sala de aula por meio de cada sujeito que compõe o contexto educativo.

Por conseguinte, analisando a BNCC, percebeu-se que em muitos momentos o foco central é somente a alfabetização, salientando que esta deve ser o foco da ação pedagógica nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, sendo reforçada nos próximos anos, com enfoque no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Ressalta-se também que durante esse período o aluno deve desenvolver-se de modo que consiga se expressar em diferentes contextos, ampliando também o seu vocabulário linguístico. No entanto, para que isso aconteça, foi visto que é essencial trabalhar a alfabetização em conjunto com o letramento.

Dessa maneira, o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita ocorrerão de maneira contextualizada para o aluno, visto que essas habilidades devem ser trabalhadas a partir das experiências de vida dos discentes. Isso torna o ensino mais significativo, fazendo com que os alunos consigam utilizar a leitura e a escrita de maneira eficiente em seu meio social.

Logo, para demonstrar isto, expôs-se aqui a importância de despertar o gosto nos alunos pela leitura, visto que esta habilidade, juntamente com a escrita, são requeridas em todos os âmbitos da sociedade. Portanto, destacaram-se duas práticas de leitura que podem ser aplicadas nas salas de aula, ambas com o intuito de desenvolver a autonomia e o senso crítico nos estudantes.

Sendo assim, os conhecimentos aqui apresentados visam contribuir para o contexto da educação brasileira, a fim de fomentar discussões sobre os temas expostos, buscando

possíveis soluções. Ademais, esta pesquisa muito contribuiu para a nossa formação acadêmica e profissional, dando embasamento para as práticas pedagógicas que serão aplicadas no âmbito escolar.

8. REFERÊNCIAS

- ANGELO, Cristiane Malinoski Pianaro; MENEGASSI, Renilson José. **A leitura compartilhada em sala de apoio**. SciELO. Belo Horizonte, 2016. 26 p. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000300267#aff2. Acesso em: 17 nov. 2020.
- BRASIL. **Artigo 26º: Direito à educação**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 18 nov. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A Base: O que determinou a construção da BNCC?** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 24 set. 2020.
- _____. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.
- COLOMER, Teresa; CAMPS, Anna. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artemd, 2002.
- COSTA, Andreia Aparecida Suli da. **Aprendizagem inicial da língua escrita na perspectiva dos projetos de letramento**. Assis, 2020. 292 p. Dissertação (Letras) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191872>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- CUNHA, Cassiana Nunes *et al.* A Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular. *In: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Criciúma*. CRICIÚMA, 2020. 254 p. cap. 8, p. 47-52. Disponível em: https://www.criciuma.sc.gov.br/site/pdfs_gravados/diretriz_ensino_fundamental.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.
- GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.
- INDICADOR DE ANALFABETISMO FUNCIONAL (INAF). **INAF Brasil 2018: Resultados preliminares**. Ação Educativa. 2018. 22 p. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 2 set. 2020.
- KLEIMAN, Angela B.. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?**. Cefiel/IEL/Unicamp. São Paulo, 2005. 65 p. Disponível em: <https://oportuguesdobrasil.files.wordpress.com/2015/02/kleiman-nc3a3o-basta-ensinar-a-ler-e-escrever.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho científico**: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas S. A., f. 153, 1992. 305 p.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2003. 310 p. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 9 out. 2020.

MORAIS, José. **A arte de Ler**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 1996. Tradução de: L`art de live. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=RKj_qQ2_0YQC&oi=fnd&pg=PA2&dq=A+arte+de+ler&ots=yByilwk4Ny&sig=mS_Jr5VWDp2Tp9P028J6SX3yAbs#v=onepage&q=A%20arte%20de%20ler&f=false. Acesso em: 17 nov. 2020.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de Alfabetização no Brasil**. Ministério da Educação. Brasília, 2006. 16 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: 29 set. 2020.

OLIVEIRA, Shismênia. **Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em Leitura, Matemática e Ciências no Brasil**. Portal MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/83191-pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil>. Acesso em: 14 set. 2020.

PAIVA, Aparecida (Coord.); MACIEL, Francisca (Coord.); COSSON, Rildo (Coord.). **Literatura**: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, v. 20, 2010. 204 p. (Explorando o ensino). Disponível em: http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/biblioteca/2011_literatura_infantil_capa.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.

PINTO, Diego de Oliveira. **Pisa – Ranking de educação mundial: entenda os dados do Brasil**. Blog Lyceum. 2019. Disponível em: <https://blog.lyceum.com.br/ranking-de-educacao-mundial-posicao-do-brasil/>. Acesso em: 15 set. 2020.

ROJO, Roxane. Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando? In: ROJO, Roxane Helena Rodrigues; RAGEL, Egon de Oliveira (Coord.). **Língua Portuguesa**: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação, v. 19, 2010. 200 p. cap. 1 p. 15-36. (Explorando o Ensino).

SILVA, Bruna de Souza; MARTINS, Jéssica da Silva; MAXIMIANO, Larissa Xayene Santos. **O processo de ensino e aprendizagem da leitura no 2º ano do ensino fundamental**. UNISALESIANO. Lins, 2013. 56 p. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56191.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1A8MOJiPIAWCn7pwcZ2MW6mI4iMIS2y31/view>. Acesso em: 10 set. 2020.

SILVA, Mariza Vieira da. **Historia da alfabetização no Brasil**: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização. Campinas, 1998. Tese (Linguística) -

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. 268. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270692>. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, Priscila Rosa da. **Práticas de leitura com crianças pequenas**: um olhar sobre a prática docente. Porto Alegre, 2018. 41 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/195611>. Acesso em: 18 set. 2020.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação [online]**, n. 25, p. 5-17, Jan/Fev/Mar/Abr 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782004000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 set. 2020.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 125 p.